

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CAU/RS Nº 002/2022****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2022****ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E PARECER PARCIAL**

O presente Parecer diz respeito à análise da Proposta, Plano de Trabalho, dos documentos de Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal apresentados pela proponente em cumprimento ao Edital do Chamamento Público nº 002/2022, **não sendo o resultado definitivo do processo de seleção.**

APENSO Nº:	Anexo VI – Protocolo SICCAU nº 1603118/2022
PROPONENTE:	Associação Cultural Vila Flores - ACVF
PROJETO:	Publicação Cadernos do Patrimônio: Relatos do Patrimônio
VALOR REQUERIDO AO CAU/RS	R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Após aferição dos documentos e exame do Plano de Trabalho, da Habilitação Jurídica e comprovação de Regularidade Fiscal, a Comissão de Seleção considera a proposta:

APROVADA.

APROVADA COM RESSALVAS.

Neste caso, a entidade deverá providenciar:

A entidade deverá apresentar todos os documentos de habilitação jurídica e todas as declarações previstas em edital.

DESAPROVADA.

Motivo:

O prazo para entrega dos documentos e/ou ajustes solicitados é de até 10 (dez) dias úteis a contar desta data, conforme item 18.7 do Edital.

O resultado definitivo da seleção será informado mediante Parecer Conclusivo, expedido após os Pareceres Técnico e Jurídico do CAU/RS.

Abaixo, segue detalhamento das análises:



ANÁLISE DA PROPOSTA	NOTA
Critérios técnicos de avaliação	Notas Parciais
<p>I. Originalidade/Inovação da proposta – Critérios de Mérito – nota máxima 1,0:</p> <p>a) Propostas inéditas serão analisadas pelos aspectos de originalidade e de pertinência em relação ao edital;</p> <p>b) Propostas com histórico de realização serão avaliadas pela relevância das inovações propostas com foco no edital.</p>	0,5
<p>A Comissão entende que a proposta é válida, mas não apresenta originalidade ou inovação.</p>	
<p>II. Clareza e coerência na apresentação da proposta – nota máxima 2,0:</p> <p>a) Será avaliada a clareza na exposição dos objetivos e sua relevância em relação às contribuições relevantes para o desenvolvimento da Arquitetura e Urbanismo no estado do Rio Grande do Sul, a coerência do cronograma de execução, da cota solicitada e da estratégia de divulgação.</p>	2,0
<p>A Comissão entende que a proposta está clara e escrita de forma objetiva.</p>	
<p>III. Qualidade das contrapartidas – nota máxima 2,0:</p> <p>a) Serão avaliados os métodos de divulgação e o potencial de resultado para a divulgação do CAU/RS para Arquitetos e Urbanistas e para a sociedade do Estado do Rio Grande do Sul;</p> <p>b) A exequibilidade das propostas de atividades a serem desenvolvidas serão consideradas;</p> <p>c) Será avaliada a participação da proponente, especialmente se essa for superior ao mínimo de 10% (dez por cento) do valor total do evento.</p>	2,0
<p>A Comissão entende que as contrapartidas estão a altura do valor investido.</p>	
<p>IV. A relevância da proposta que promova o fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo – nota máxima 3,0:</p> <p>a) aspectos técnico-operacionais;</p> <p>b) Potencial da proposta para a produção e difusão do conhecimento para a Arquitetura e Urbanismo no estado do Rio Grande do Sul;</p> <p>c) Promoção, desenvolvimento e fortalecimento do ensino e do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo no estado do Rio Grande do Sul;</p> <p>d) Potencialização, conquista e ampliação do campo de atuação profissional no estado do Rio Grande do Sul;</p> <p>e) Promoção, articulação e fortalecimento das pessoas jurídicas de Arquitetura e Urbanismo no estado do Rio Grande do Sul.</p>	2,0
<p>A Comissão entende que a proposta tem alta relevância para a valorização do Patrimônio Histórico e Cultural.</p>	
<p>V. A relevância social da proposta – nota máxima 2,0:</p> <p>f) Desenvolvimento social inclusivo, de forma a contribuir para a redução de desigualdades e melhoria da qualidade de vida nos ambientes urbanos e rurais.</p>	2,0



A Comissão entende que a proposta é altamente relevante não apenas para profissionais de Arquitetura e Urbanismo, mas para a sociedade como um todo, para que tenha a oportunidade de conhecer e compreender o valor do patrimônio que a cerca.	
NOTA FINAL	8,5

II. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS VIGENTES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA		
Documento	Fls.	Adequado SIM/ NÃO
<p>I. Ato constitutivo, contrato social ou estatuto social com as alterações, se houver, devidamente registrados nos órgãos competentes, contendo:</p> <p>a) Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;</p> <p>b) Que, em caso de dissolução da proponente, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra entidade de igual natureza cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; e</p> <p>c) Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.</p>		Não
<p>II. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a proponente existe há, no mínimo, 03 (três) anos com cadastro ativo.</p>		Não
<p>III. Comprovações de experiência prévia na realização do objeto do patrocínio ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:</p> <p>a) Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais ou outras empresas;</p> <p>b) Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;</p>		Não



<p>c) Publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela proponente ou a respeito dela;</p> <p>d) Currículos profissionais de integrantes da proponente, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;</p> <p>e) Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou propostas relacionadas ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou</p> <p>f) Prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela proponente.</p>		
IV. Prova de inscrição nos cadastros estadual e municipal de contribuintes, se houver.		Não
V. Relação nominal atualizada dos dirigentes da proponente, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.		Não
VI. Cópia de documento que comprove que a proponente funciona no endereço por ela declarado, como, por exemplo, conta de consumo.		Não
VII. Declaração do representante legal da proponente com as seguintes informações: <p>a) Que a proponente e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no artigo 39, da Lei n.º 13.019/2014;</p> <p>b) Que estão presentes na proponente todas as condições necessárias para a exequibilidade da parceria, nos termos do artigo 26, inciso X, do Decreto n.º 8.726/2016;</p> <p>c) Que cumpre integralmente ao previsto no artigo 27, do Decreto n.º 8.726/2016; e</p>		Não



d) Que atende o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, se for o caso.		
VIII. Ata de eleição e/ou ato de designação das pessoas habilitadas a representar a proponente, se for o caso.		Não
RESULTADO DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA		
	Habilitada	
X	Inabilitada	
A pessoa jurídica não encaminhou documentos de habilitação jurídica nem declarações previstas em edital.		

II. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL		
Documento	Fls.	Adequado SIM/ NÃO
I. Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União.	10	Sim
II. Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal.	11	Não
III. Certidões negativas de tributos estaduais e municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Município.	12/13	Sim
IV. Certidão negativa de débitos trabalhistas, expedida pelo órgão competente da Justiça do Trabalho.	14	Sim
RESULTADO DA ANÁLISE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL		
X	Habilitada	
	Inabilitada	



Em que pese o documento Certificado de Regularidade com o FGTS apresentado estar vencido, realizou-se consulta nesta data no sítio <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> no qual foi emitida certidão de regularidade sob nº 2022090402442295460040, com validade até 03/10/2022.

Porto Alegre, 15 de setembro de 2022.

Jaime Léo Ricachenevsky Martines Soares
COORDENADOR DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Luisa Onófrio Kalil
Membro da Comissão

Alexandre Couto Giorgi
Membro da Comissão